

Brazilian Securities Companhia de Securitização Série 3130314 IFs 13L0012032 e 13L0012111

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
nº 24C4F-014-PB

Em 30 de setembro de 2024



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de setembro de 2024	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

À Administradora e aos Investidores do Patrimônio Separado
Série 3130314 - Códigos IFs 13L0012032 e 13L0012111 - Brazilian Securities Companhia de Securitização
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado Série - 3130314 - código IF 13L0012032 e 13L0012111 - Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Patrimônio Separado”), administrado pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas para o exercício findo em 30 de setembro de 2024 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Patrimônios Separados regidos pela Lei nº 14.430/22 e também consideram as disposições previstas na Resolução CVM 60/2021 para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial, conforme Nota Explicativa nº 2.

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre o uso

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve que a base contábil dessas demonstrações contábeis, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 14.430/22, também consideram as disposições previstas na Resolução CVM 60/2021, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado como uma entidade que reporta.

Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Reemissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2024

Conforme Nota Explicativa nº 2, em 23 de dezembro de 2024 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado Série – 3130314 – Código IF 13L0012032 e 13L0012111 – Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Patrimônio Separado”) referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2024, sem modificações e com parágrafo de ênfase quanto à base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre o uso. Essas demonstrações contábeis estão sendo reemitidas objetivando aprimorar a apresentação dos saldos correspondentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2023 e respectivas divulgações, ajustando-se as notas explicativas que tratam da composição dos recebíveis imobiliários (nota 4.b.), variação dos recebíveis imobiliários (nota 4.c.), prestadores de serviços (nota 6), variação de certificado de recebíveis (nota 14.b.), resultado com juros e similares (nota 18), eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores (nota 14.c.), resultado com juros e similares (nota 18, e outras receitas/(despesas) operacionais (nota 21), conforme normas aplicáveis. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Existência, totalidade e a valorização dos recebíveis que servem de lastro para os Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRIs)

(Conforme Nota Explicativa nº 4.b)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Patrimônio Separado possui valores a receber no valor líquido de R\$ 15.020 mil referentes às suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRIs), emitidos com regime fiduciário sem aquisição substancial dos riscos e benefícios da carteira. A existência, totalidade e valorização dos recebíveis que servem de lastro para os Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRIs) é fundamental para suportar os valores que serão registrados a títulos de valores a receber e as obrigações a pagar com os investidores, e por esse motivo foi tratado como assunto relevante.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil da carteira; **(ii)** recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente; **(iii)** validação da existência por meio da verificação dos contratos; **(iv)** testes documentais para os recebimentos financeiros do direito creditório; **(v)** recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Securitizadora; e **(vi)** análise da aderência das divulgações efetuadas das demonstrações contábeis atendem aos requisitos estabelecidos no artigo 50 da Resolução CVM 60/2021.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Patrimônio Separado na preparação das demonstrações contábeis foram adequados para atendimento da Lei nº 14.430/22, e também consideram as disposições previstas na Resolução CVM 60/2021, no contexto das referidas demonstrações contábeis do Patrimônio Separado tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações contábeis

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Patrimônios Separados, regidos pela Lei nº 14.430/22 e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM 60/2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Securitizadora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Lei nº 14.430/22, pela avaliação da capacidade do Patrimônio Separado continuar operando conforme o Termo de Securitização dos Créditos, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BRAZILIAN SECURITIES CIA. DE SECURITIZAÇÃO
PATRIMÔNIO SEPARADO - SÉRIE 3130314 CÓDIGO IF N° 13L0012032 e 13L0012111
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	(Reapresentado)	
		30/09/2024	30/09/2023
Caixa e equivalentes de caixa	12	54	447
Ativos financeiros ao custo amortizado		15.154	17.881
Títulos e valores mobiliários	13	134	185
Recebíveis imobiliários	4.b	15.020	17.696
Total do ativo		15.208	18.328
Passivo	Nota explicativa	30/09/2024	30/09/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	9.695	13.682
Certificados de recebíveis		9.695	13.682
Certificados de recebíveis		9.695	13.682
Valores a repassar	16	5.509	4.635
Outros passivos	17	4	11
Total do passivo		15.208	18.328

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES CIA. DE SECURITIZAÇÃO

PATRIMÔNIO SEPARADO - SÉRIE 3130314 CÓDIGO IF Nº 13L0012032 e 13L0012111

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

Resultado	Nota Explicativa	(Reapresentado)	
		30/09/2024	30/09/2023
Resultado com juros e similares	18	1.005	1.279
Receitas com juros e similares		1.515	2.273
Receitas com direitos creditórios		1.491	2.239
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários		24	34
Despesas com juros e similares		(510)	(994)
Despesas com CRI emitido		(510)	(994)
Despesas administrativas	19	(65)	(45)
Outras despesas administrativas		(65)	(45)
Despesas tributárias		(3)	(3)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	(937)	(1.231)
Constituição/reversão de valores a pagar		(934)	(1.202)
Demais receitas/(despesas) operacionais		(3)	(29)
Resultado do exercício		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BRAZILIAN SECURITIES CIA. DE SECURITIZAÇÃO
PATRIMÔNIO SEPARADO - SÉRIE 3130314 CÓDIGO IF Nº 13L0012032 e 13L0012111
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	(Reapresentado)	
Fluxo de caixa - Método direto	30/09/2024	30/09/2023
Entradas de caixa	4.175	5.486
(+) Recebimentos de direitos creditórios	4.107	5.486
(+) Variação com títulos e valores mobiliários	68	-
Saídas de caixa	(4.568)	(5.062)
(-) Pagamentos efetuados à classe sênior	(4.497)	(5.503)
Amortização do principal	(3.991)	(4.798)
Juros	(506)	(705)
(-) Pagamentos de despesas	(71)	(61)
(-) Variação com títulos e valores mobiliários	-	(23)
(-) Outros pagamentos	-	525
Variação líquida no caixa do patrimônio separado	(393)	424
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	447	23
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	54	447

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) Contexto operacional

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários - SÉRIE 3130314 (Série), com registro na CETIP n° 13L0012032 e 13L0012111, são administrados pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (Emissora) controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. Os CRIs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Emissora, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

a) Data de início da emissão:

A Série foi emitida em 04/12/2013.

b) Sumário das operações efetuadas:

Série	Data	Evento	Qtde.	Valor Emissão	Juros remuneratórios	Vencimento
313-Sênior	04/12/2013	Emissão	01	R\$ 200.663	6,3800% ao ano + TR	01/12/2033
314-Júnior	04/12/2013	Emissão	01	R\$ 35.411	30,7931% ao ano + TR	01/07/2043

c) Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios:

Não há critérios para revolvência definidos para a Série.

d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos:

Não há derivativos utilizados pela Série.

e) Garantias envolvidas na estrutura da securitização, tais como sobrecolateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o exercício:

- Regime Fiduciário;
- Subordinação;
- Coobrigação;
- Alienação Fiduciária dos Imóveis (Créditos Imobiliários, Lastro); e
- Cessão dos Créditos Imobiliários para a Emissora implica a automática transferência das respectivas garantias de alienação fiduciária a favor da Emissora.

2) Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 14.430/22, e também consideram as disposições previstas na ICVM 60/2022 para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards "IFRS"*), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A reemissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 03 de abril de 2025.

2.1.) Reapresentação das demonstrações contábeis

A reapresentação dessas demonstrações contábeis tem o objetivo da correção na apresentação dos saldos comparativos relativos ao exercício findo em 30 de setembro de 2023. As demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao exercício comparativo findo em 30 de setembro de 2023, foram originalmente apresentadas e divulgadas acompanhadas do relatório do auditor emitido em 18 de dezembro de 2023, essas demonstrações contábeis foram reapresentadas e teve o relatório do auditor reemitido em 31 de julho de 2024 devido a correção ajustes de apresentação para a melhor compreensão por parte dos usuários. Na preparação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2024, a Administração apresentou os saldos comparativos relativos as demonstrações contábeis originalmente divulgadas. Para a adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis no exercício de 30 de setembro de 2024, e melhor compreensão por parte dos usuários, a Administração corrigiu os saldos comparativos para refletir os saldos representados em 30 de setembro de 2023.

Abaixo, apresentamos as reclassificações patrimoniais e de resultado realizadas como correção dos itens:

- Composição dos Recebíveis Imobiliários (nota 4.b)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Recebíveis imobiliários (Nota 4.d e 4.e)	17.696	-	17.696
Transitórias (1)	(60)	60	-
Total	17.636	60	17.696

(1) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

- Variação dos Recebíveis Imobiliários (nota 4.c)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Saldo no início do exercício	20.943	-	20.943
Amortizações	(5.486)	-	(5.486)
Resultado com juros e similares com direitos creditórios (1)	2.179	60	2.239
Saldo no final do exercício	17.636	60	17.696

(1) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

- Variação dos Recebíveis Imobiliários (nota 4.c)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2024	Alteração	30/09/2024
Saldo no início do exercício	17.636	(60)	17.696
Amortizações	(4.107)	-	(4.107)
Resultado com juros e similares com direitos creditórios (2)	1.491	(60)	1.431
Saldo no final do exercício	15.020	-	15.020

(2) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

- Prestadores de serviço (nota 6)**

Prestador de serviço (Publicado em 30/09/2024)	Tipo de serviço	Prestador de serviço (Reapresentado)	Tipo de serviço
Oliveira Trust DTVM S.A.	Agente fiduciário	Pentágono S.A.	Agente fiduciário

- Variação de certificado de recebíveis (nota 14.b)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Saldo no início do exercício	18.191	-	18.191
Amortização do principal e juros da classe sênior	(5.503)	-	(5.503)
Amortização do principal (1)	(4.868)	70	(4.798)
Juros (1)	(635)	(70)	(705)
Despesas com certificado de recebíveis	994	-	994
Saldo no final do exercício	(13.682)	-	(13.682)

(1) Em decorrência de lançamentos gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de amortização, e juros/mora, o valor foi reclassificado.

- Valores a repassar (nota 16)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Valores a repassar	4.575	60	4.635
Total	4.575	60	4.635

(1) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

- Resultado com juros e similares (nota 18)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Receita com juros e similares	2.213	60	2.273
Receita de mora e multa sobre lastro (1)	2.179	60	2.239
Rendimentos sobre instrumentos de dívida	34	-	34

(1) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

- Outras receitas/(despesas) operacionais (nota 21)**

	Publicado	Reapresentação	
	30/09/2023	Alteração	30/09/2023
Constituição/(reversão) de prejuízo aos investidores (1)	(1.142)	(60)	(1.202)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(29)	-	(29)
Total	(1.171)	(60)	(1.231)

(1) Em decorrência da baixa de um contrato, foram gerados, indevidamente, no Sistema legado, eventos contábeis de pendências de recebimento, e juros/mora.

3) Principais práticas estimativas contábeis

As demonstrações contábeis da Série foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 30/09/2024.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Emissora.

b) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa e de títulos de valores mobiliários com curto prazo.

c) Instrumentos financeiros:

I. Classificação e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, esses ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

De acordo com o CPC 48, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- Mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*):

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito. As análises são feitas de forma individual e leva em consideração o saldo devedor, a quantidade de parcelas, as garantias recebidas, as condições de solvência do devedor e sua disposição em efetuar a regularização de sua situação e respectivas garantias. A provisão sobre os direitos creditórios imobiliários é calculada por contrato aplicada taxa de perda sobre o seu saldo devedor.

Os fluxos de caixa estimados levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Nos casos que não for possível estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a Série utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

e) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Série estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa:

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 – Demonstrações dos fluxos de caixa.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Série efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, é mensurado mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas na nota 3.c apresentam informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

h) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

i) Patrimônio separado:

Como no patrimônio todos os investidores são registrados em seu passivo, inclusive a participação residual da Emissora, todo o resultado do exercício será atribuído aos investidores, à Emissora ou aos cedentes que façam jus ao resultado, desde que previsto no termo de securitização, e, por conseguinte, o balanço patrimonial apresentará patrimônio líquido com valor igual a zero.

Caso o patrimônio separado apresente prejuízo no exercício, tal prejuízo deve impactar os eventuais excessos de ativos reconhecidos anteriormente em favor da Emissora ou de cedentes, no passivo, até o limite destes. Caso o prejuízo supere esse valor, o montante que exceder deve ser reconhecido como uma conta redutora do valor a pagar para os investidores.

4) Informações detalhadas, observada a relevância, sobre os direitos creditórios imobiliários, incluindo**a) Descrição dos direitos creditórios do ramo imobiliário adquiridos:**

O valor total dos direitos creditórios no ato de sua emissão era de R\$ 236.074. A Emissora selecionou empreendimentos imobiliários de acordo com os seguintes critérios:

- Imóveis já concluídos, com “Habite-se” concedido pelo órgão administrativo competente;
- Imóveis com finalidade residencial e urbano;
- O valor de avaliação deve ser igual ou inferior a R\$ 200.000,00;
- LTV menor ou igual a 80%;
- Os contratos deverão prever a contratação de seguros de MIP e DFI;
- Prazo máximo remanescente dos contratos, igual ou inferior a 355 meses;
- Os Créditos Imobiliários deverão ter seu principal acrescido de uma determinada taxa de juros efetiva, calculados pelo Sistema de Amortização Crescente (“SAC”). A taxa média da carteira é entre TR+7% a.a. e TR+12%a.a.
- Os Créditos Imobiliários deverão estar representados na forma de CCI conforme disposto na Lei nº 10.931/04.

b) Composição:

	30/09/2024	30/09/2023
Recebíveis imobiliários (Nota 4.d e 4.e)	15.020	17.696
Total	15.020	17.696

Não há provisão constituída.

c) Variação:

	30/09/2024	30/09/2023
Saldo no início do exercício	17.696	20.943
Amortizações	(4.107)	(5.486)
Resultado com juros e similares com direitos creditórios	1.431	2.239
Saldo no final do exercício	15.020	17.696

d) Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, incluindo os montantes a vencer com parcelas vencidas:

Até 1 ano	De 01 a 03 anos	De 03 a 05 anos	Acima de 5 anos	Saldo em 30/09/2024	Saldo em 30/09/2023
1.187	2.281	2.081	9.471	15.020	17.696

Os direitos creditórios têm vencimento final em 01/07/2043.

e) Ativos financeiros classificados como custo amortizado:

Vencimento final	Remuneração	30/09/2024	30/09/2023
01/07/2043	De 8,0920% a 11,3860%	15.020	17.696
Total		15.020	17.696

f) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios:

- Instituição do Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários cedidos;
- Garantia Real concedida em favor dos Investidores através de Alienação fiduciária dos imóveis; e
- Coobrigação dos originadores, conforme Termo de Securitização.

g) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos:

Os procedimentos de cobrança são os seguintes:

- Verificada a falta de pagamento a empresa administradora comunica a Emissora e o Agente Fiduciário;
- Após avisos de cobrança, a empresa administradora emite correspondência ao Registro de Imóveis competente anexando o demonstrativo das parcelas em atraso;
- Intimação ao adquirente efetuado pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- Caso o adquirente não regularize sua situação, a Emissora protocola no Cartório de Registro de Imóveis o Requerimento de Consolidação de Propriedade;
- A propriedade do imóvel é averbada em nome da Emissora;
- Uma vez na posse do imóvel a Emissora providenciará a avaliação do imóvel e sua comercialização, através de leilões ou através de contratação de corretores de imóveis.

h) Informações sobre a aquisição substancial dos riscos e benefícios da carteira:

A Série não tem coobrigação, dessa forma não há retenção de risco para a Emissora.

i) Qualidade do crédito:

Os recebíveis imobiliários são considerados como ativos de boa capacidade de pagamento, quando da emissão da Série, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização. Entretanto, esses recebíveis podem vir a sofrer os impactos do mercado imobiliário. Para a mitigação desses impactos, a emissora realiza procedimentos de cobrança e retomada de bens, quando necessário, conforme nota 4.e, e efetua o reconhecimento de perda de acordo com metodologia interna.

5) Detalhamento do passivo da emissão, incluindo

a) Valores relativos a cada série e às suas respectivas características, tais como prazo, remuneração e cronograma de amortizações:

Série:	313-Sênior	314-Júnior
Data de emissão:	04/12/2013	04/12/2013
Prazo:	01/12/2033	01/07/2043
Quantidade de CRI:	01	01
Valor global da emissão:	R\$ 200.663	R\$ 35.411
Remuneração:	6,3800% ao ano + TR	30,7931% ao ano + TR
Cronograma de amortização:	Amortizações mensais	Amortizações mensais
Cronograma de pagamento de juros remuneratórios:	Pagamentos mensais	Pagamentos mensais

b) Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado:

Não há direitos políticos definidos para a Série.

c) Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício:

d) Data da Assembleia	Evento	Deliberações
05/08/2024	Assembleia Geral de Titulares de CRIs	- Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em setembro de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60.

6) Relação dos principais prestadores de serviço, sua forma de remuneração e as despesas incorridas no exercício

Prestador de serviço	Tipo de serviço	Forma de remuneração	30/09/2024	30/09/2023
Pentágono S.A.	Agente fiduciário	Parcelas semestrais, corrigidas pela variação do IGPM, remuneração acrescida de impostos	39	39
Brazilian Securities Cia. de Securitização	Administração de CRI	Parcelas mensais, corrigidas pelo IGPM	21	-
Grant Thornton Auditores Independentes	Auditoria externa	Pagamento anual	3	3
Total			63	42

7) Classificação de risco da emissão, se classificada por agência classificadora de risco

A Série não é objeto de análise por agência de *rating*.

8) Informação se os auditores independentes prestam outro tipo de serviço, que não o de auditoria, à Emissora

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Série, no ano, não contratou e nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

9) Eventos subsequentes relevantes havidos após a data de encerramento das demonstrações contábeis e antes de sua emissão

Não há fato relevante passível de divulgação.

10) Outras informações que a Emissora julgue relevantes para o completo entendimento das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado

Não há fato relevante passível de divulgação, no âmbito da instrução CVM nº 358.

11) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 30/09/2024

Não há novas normas.

12) Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2024	30/09/2023
Caixa e equivalentes de caixa	54	447
Total	54	447

13) Títulos e valores mobiliários**a) Composição:**

	30/09/2024	30/09/2023
Aplicações em CDB	134	185
Total	134	185

b) Variação:

	30/09/2024	30/09/2023
Saldo no início do exercício	185	139
Adições (alienações) Líquidas	(68)	23
IRRF/IOF sobre resgates de aplicações financeiras	(7)	(11)
Juros	24	34
Saldo no final do exercício	134	185

c) Prazo de vencimento:

	30/09/2024	30/09/2023
Acima de 360 dias	134	185
Total	134	185

14) Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Certificados de recebíveis imobiliários emitidos:

	30/09/2024	30/09/2023
Certificado de recebíveis (Nota 14.b)	9.695	13.682
Total	9.695	13.682

b) Variação de certificado de recebíveis:

	30/09/2024	30/09/2023
Saldo no início do exercício	13.682	18.191
Amortização do principal e juros da classe sênior	(4.497)	(5.503)
Amortização do principal	(3.991)	(4.798)
Juros	(506)	(705)
Despesas com certificado de recebíveis	510	994
Saldo no final do exercício	9.695	13.682

c) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores:

Série	Data	Amortização extraordinária
313 – Sênior	31/10/2023	296
313 – Sênior	30/11/2023	193
313 – Sênior	31/12/2023	318
313 – Sênior	31/01/2024	526
313 – Sênior	29/02/2024	245
313 – Sênior	31/03/2024	249
313 – Sênior	30/04/2024	283
313 – Sênior	31/05/2024	301
313 – Sênior	30/06/2024	167
313 – Sênior	31/07/2024	322
313 – Sênior	31/08/2024	303
313 – Sênior	30/09/2024	144
Total		3.347

15) Variação de transitórias de pagamento

	30/09/2024	30/09/2023
Saldo no início do exercício	-	(524)
Constituição de CRI a processar	-	(4.979)
Baixa de CRI a processar	-	5.503
Saldo no final do exercício	-	-

16) Valores a repassar

a) Composição:

	30/09/2024	30/09/2023
Valores a repassar	5.509	4.635
Total	5.509	4.635

17) Outros passivos

b) Composição:

	30/09/2024	30/09/2023
Valores a pagar - diversos	4	11
Total	4	11

c) Variação de valores a pagar – diversos:

	30/09/2024	30/09/2023
Saldo no início do exercício	11	5
Provisão para despesas administrativas	65	45
Pagamento de despesas	(71)	(61)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1)	22
Saldo no final do exercício	4	11

18) Resultado com juros e similares

	30/09/2024	30/09/2023
Receita com juros e similares	1.515	2.273
Receita de juros com lastro	1.491	2.239
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	24	34
Despesas com juros e similares	(510)	(994)
Despesa de juros com lastro	(416)	(682)
Despesa de correção monetária com lastro	(94)	(312)
Total	1.005	1.279

19) Despesas administrativas

	30/09/2024	30/09/2023
Serviços técnicos especializados	43	42
Administração e estruturação de CRIs	21	-
Outras despesas administrativas	1	3
Total	65	45

20) Contingências

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício auditado, quer na defesa dos direitos dos investidores do patrimônio separado, quer contra a Administradora do patrimônio separado.

21) Outras receitas/(despesas) operacionais

	30/09/2024	30/09/2023
Constituição/(reversão) de valores a pagar	(934)	(1.202)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3)	(29)
Total	(937)	(1.231)

22) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo	
			(Passivo)	
			30/09/2024	30/09/2023
Valores a pagar				
Brazilian Securities Cia. de Securitização	Emissora	Sem prazo	(3)	(11)

São Paulo, 03 de abril de 2025.

DIRETORIA

Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Leonardo Ricci Scutti

CONTADOR

Elvis Cristiano Santana
CRC 1SP265581/O-0